



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000501-80.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **AIRTON DE ANGELO FILHO**
 Requerido: **CASA RAO DE LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor questiona sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito levada a cabo pela ré.

Sustenta que não firmou com ela qualquer negócio que desse causa a algum débito, motivo pelo qual a negativação seria indevida.

Almeja à exclusão da mesma e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré em contestação limitou-se a arguir sua ilegitimidade passiva ad causam, porquanto não teria ligação alguma com os fatos trazidos à colação.

Não obstante os argumentos expendidos pela ré, não se pode descartar seu liame com a ocorrência noticiada, seja pelo conteúdo do documento de fl. 18, seja porque ela não apresentou elementos consistentes que demonstrassem com a necessária segurança que não praticou o ato que lhe foi atribuído.

O ônus a propósito era seu, mas ela não amealhou dados no sentido de que outra pessoa jurídica foi a responsável pela conduta em apreço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Bem por isso, e à míngua de respaldo que justificasse a negatificação do autor, prospera sua pretensão para que a mesma seja definitivamente excluída.

No mais, porém, o próprio autor renunciou ao recebimento de valores para o ressarcimento de danos morais que tivesse experimentado, levando em conta a condição subjetiva da ré (cf. fl. 46, parte final).

Reconhece-se como legítima essa manifestação de vontade, de sorte que o pleito no particular fica rejeitado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito aludido na petição inicial.

Torno definitiva a decisão de fl. 21.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**